

Orçamento e Despesa Pública

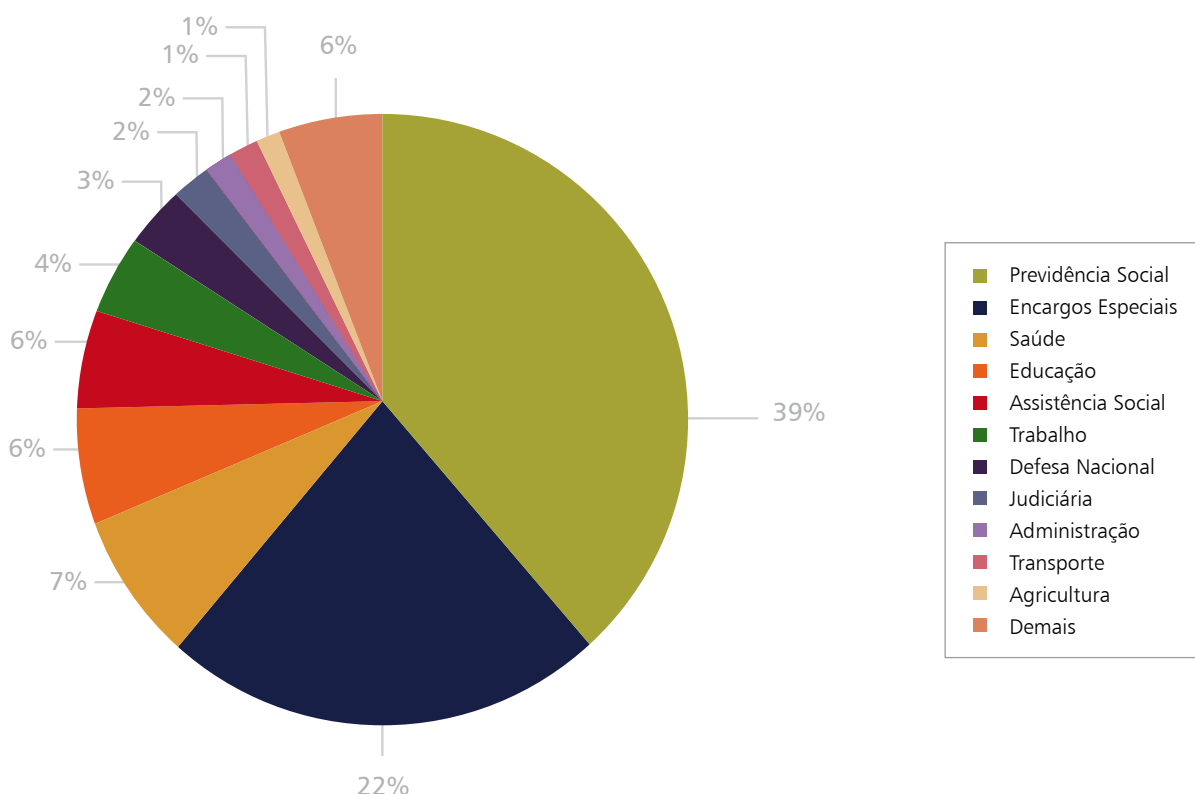
As despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, em 2013, foram de R\$ 2,166 trilhões e tiveram aprovação na Lei 12.798/2013 – LOA 2013. Ao final do exercício, após a aprovação de créditos adicionais, a dotação autorizada alcançou o montante de R\$ 2,355 trilhões, dos quais 82% foram empenhados.

Do total empenhado, 92% teve efetivo desembolso de recursos financeiros (valores pagos). As demais despesas foram inscritas em restos a pagar processados (1%) e não processados (6%).

O valor atualizado empenhado em 2013 apresentou redução de 2,4% em relação a 2012. No período entre 2009 e 2013, o crescimento real das despesas primárias orçamentárias foi de 11,5%. Em mais um exercício, o PAC se destaca com um crescimento de 142%.

A função Previdência Social representa a maior parcela das despesas primárias da União (39%). É nessa função que estão, por exemplo, os gastos com aposentadorias e pensões pagas pelo INSS. Seguem as despesas nas funções Encargos Especiais, Saúde, Educação e Assistência Social todas correspondem a 80% do total de empenhos.

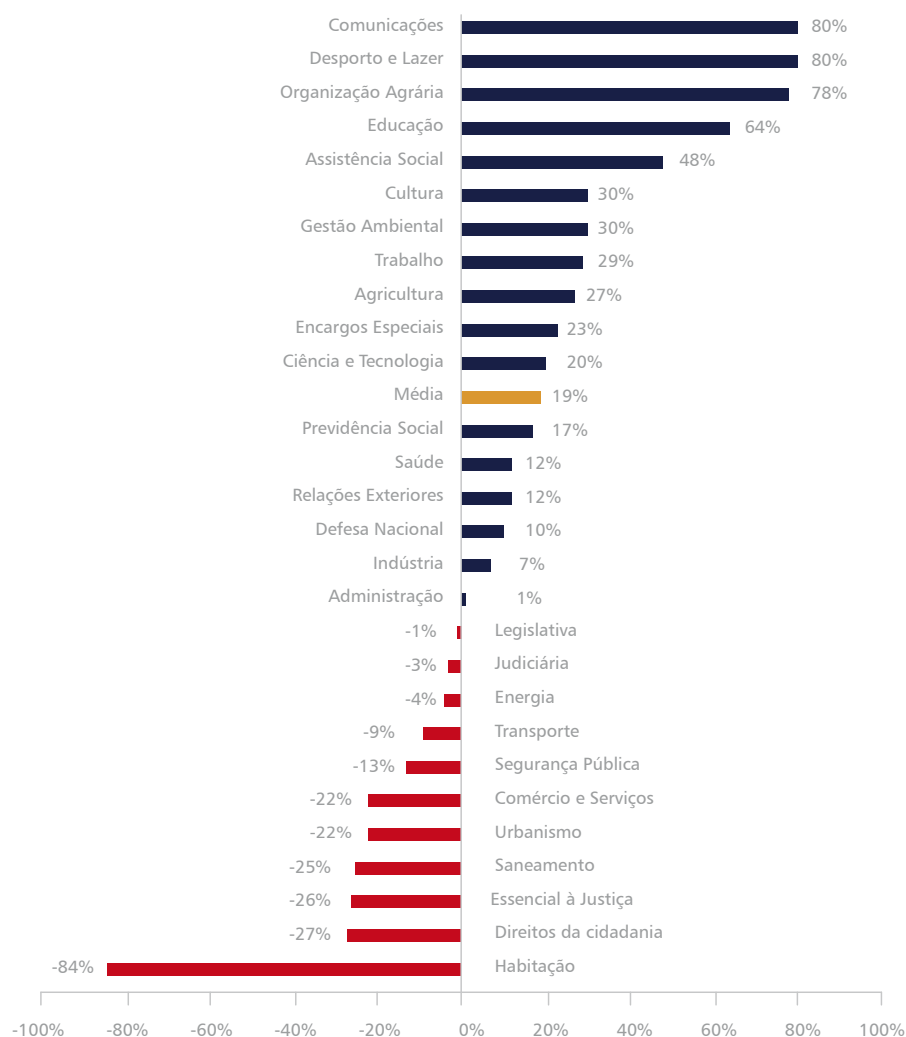
Composição das Despesas Primárias por Função – 2013



Fonte: Siafi.

Na média, as despesas primárias da União cresceram 19% nos últimos cinco exercícios. Entre aquelas com maior incremento estão Comunicações (80%), Desporto e Lazer (80%) e Organização Agrária (78%). Por outro lado, algumas funções tiveram decréscimo real no período, a exemplo de: Habitação (-84%), Direitos da Cidadania (-27%), Essencial à Justiça (-26%) e Saneamento (-25%).

Crescimento Real das Despesas Primárias por Função – Entre 2009 e 2013

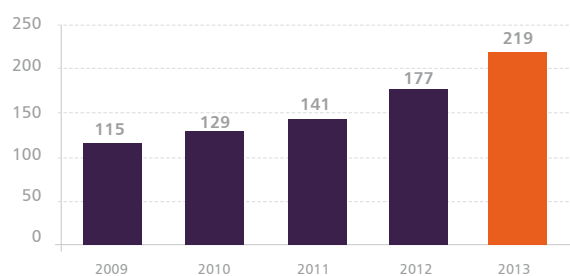


Fonte: Siafi.

Do total das despesas primárias empenhadas em 2013, 6% correspondem a investimentos. Aspecto relevante relacionado aos investimentos é a baixa execução orçamentária e o elevado montante de recursos inscritos em restos a pagar não processados. Dos R\$ 66,7 bilhões empenhados em 2013, aproximadamente 71% foram inscritos em restos a pagar não processados ao final do exercício. Em algumas funções, como Comércio e Serviços, Desporto e Lazer e Urbanismo, esse percentual foi superior a 90%.

A baixa execução dos investimentos tem contribuído para o crescimento do estoque de restos a pagar nos últimos anos. O crescimento entre 2009 e 2013 foi de 90%. No final de 2013, o estoque chegou a R\$ 219 bilhões, um crescimento de 24% em relação a 2012.

Restos a Pagar Inscritos (R\$ bilhões) – 2009 a 2013



Fonte: Siafi.